

FAZENDO AS CONTAS

Investimento em Serviços Contraceptivos na União Africana



A maioria dos países africanos tem vindo a aumentar a disponibilidade de cuidados de saúde sexual e reprodutiva nestas últimas décadas, mas muitas pessoas ainda continuam sem acesso a esses serviços essenciais. Esta ficha informativa apresenta evidência, válida em 2019, da necessidade, impacto e custo de um investimento integral em serviços contraceptivos para as mulheres de 15 a 49 anos de idade, em 53 estados membros da União Africana.

Nos termos do Artigo 14 (1) do Protocolo de Maputo, os estados membros devem assegurar que as mulheres tenham o direito de controlar a sua fecundidade — de decidir se desejam ter filhos, de determinar o número e espaçamento dos seus filhos e de seleccionar qualquer método de contracepção. Esta ficha informativa apresenta evidência que apoia a implementação das recomendações do artigo.

Necessidade não satisfeita de serviços

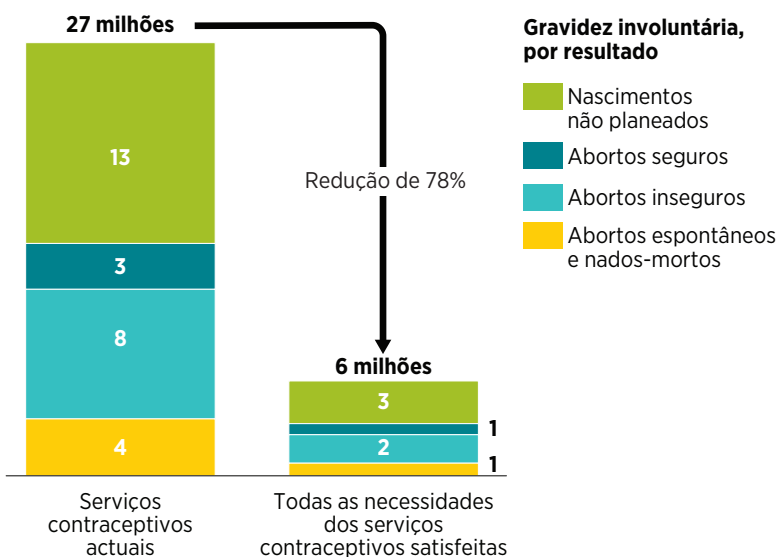
- Nos estados membros da União Africana, dos 316 milhões de mulheres em idade reprodutiva (de 15 a 49 anos), casadas ou solteiras e sexualmente activas, 139 milhões querem evitar uma gravidez.
- Quer dizer, quatro em cada 10 mulheres em idade reprodutiva querem evitar uma gravidez, precisando portanto de contracepção moderna.
- Cinquenta e oito milhões de mulheres têm uma necessidade não satisfeita de contracepção moderna, pois desejam evitar uma gravidez e ou não usam nenhum método contraceptivo ou usam métodos tradicionais, que são menos eficazes do que os métodos modernos.

- Cerca de 42% das mulheres que desejam evitar uma gravidez têm uma necessidade não satisfeita de contracepção moderna.
- Das mulheres adolescentes de 15 a 19 anos que desejam evitar uma gravidez, 55% têm uma necessidade não satisfeita de contracepção moderna.
- De todas as gravidezes não planeadas que ocorrem nos estados membros da União Africana, 81% ocorrem em mulheres que têm uma necessidade não satisfeita de contracepção moderna.

Impacto de satisfazer plenamente as necessidades contraceptivas

- Se os serviços contraceptivos fossem expandidos e aperfeiçoados de forma a satisfazer todas as necessidades de contracepção moderna, verificar-se-ia uma redução de 78% nas gravidezes não planeadas, que passariam de 27 milhões para 6 milhões por ano, ao passo que os abortos inseguros teriam uma redução de 78%, de 8,3 milhões para 1,8 milhões.
- Haveria uma redução no número de mortes maternas e de recém-nascidos de quase um quarto

Satisfazer plenamente a necessidade de serviços contraceptivos das mulheres em África reduziria em mais de três quartos as gravidezes não planeadas



Observações: Abortos seguros são os que utilizam um método recomendado pela Organização Mundial da Saúde e são realizados por um prestador com a devida formação; abortos inseguros são os que não aderem a um destes critérios, ou a ambos. A soma dos números pode não corresponder aos números totais, devido às aproximações.

cada uma, como resultado de um aumento do uso de contraceptivos, mesmo que os cuidados materno-infantis não melhorassem.

Acções

Os estados membros da União Africana devem examinar e fazer face aos efeitos sistémicos do estatuto socioeconómico, idade, residência rural ou urbana e outros factores que contribuem para uma necessidade não satisfeita de contracepção. Os estados membros devem garantir fortes compromissos financeiros, de forma a assegurar que a informação, tecnologias, abastecimentos e serviços contraceptivos sejam priorizados e disponibilizados a todos os que deles necessitem, incluindo os adolescentes.

Fonte

A informação contida nesta ficha informativa encontra-se online, nos quadros incluídos no apêndice de Sully EA et al., *Adding It Up: Investing in Sexual and Reproductive Health 2019*, New York: Guttmacher Institute, 2020, <https://doi.org/10.1363/2020.31593>. Os dados dizem respeito a todos os estados membros da União Africana excepto as Seychelles e a República Árabe Saharaoui Democrática (Saara Ocidental).

Agradecimentos

Esta ficha informativa foi criada graças ao apoio da UK Aid, do Governo do Reino Unido, e a concessões outorgadas pela Bill & Melinda Gates Foundation e pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros dos Países Baixos. Os resultados e conclusões foram apurados pelos autores e não reflectem necessariamente as posições e políticas dos doadores. Os autores agradecem à International Planned Parenthood Federation—delegação da União Africana, bem como à Comissão Económica das Nações Unidas para África, ao African Institute for Development Policy e ao African Population and Health Research Center, que efectuaram uma revisão desta ficha informativa.

Consulte esta ficha informativa e outras fichas informativas com ela relacionadas numa série de cinco partes denominada "Investimento na Saúde Sexual e Reprodutiva na União Africana", em <https://www.guttmacher.org/pt/fact-sheet/investing-sexual-and-reproductive-health-african-union>.



Uma boa política de saúde reprodutiva começa com uma investigação credível
[guttmacher.org](https://www.guttmacher.org)

125 Maiden Lane
New York, NY 10038
212.248.1111
info@guttmacher.org